

DESENVOLVIMENTO COLABORATIVO DO PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO DE UMA CRIANÇA AUTISTA - ESTUDO DE CASO

Elis Madeira Velho Vassão¹; Talita Moreira Silva²; Amanda Souza Silva Ribeiro³;
Marcia Regina Silva do Vale⁴ Yone Wanderley da Nóbrega Gouveia⁵.

¹ Psicopedagoga; Mestranda em Neurociências pela FICS; Especialista em Psicomotricidade e Psicopedagogia; Professora de pós-graduação UNISANTA- Santos /SP e FTM João Pessoa/PB.

²Psicóloga Especialista em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) ao TEA e mestranda em Análise do Comportamento pelo Instituto Par.

³Graduada em Administração e Pedagogia; Fundadora da Incluir Treinamentos.

⁴Profª Dra da UNISANTA (presencial e EAD), Coordenadora Institucional do PIBID-Unisanta, Diretora de Articulação do Município de Santos.

⁵ Psicóloga pela UNIPÊ/CRP13/2930; Mestranda em Neurociências pela FICS; Especialista em Psicomotricidade pela UNIFIP e Psicopedagogia pela UNIPÊ; Coordenadora e Professora de pós-graduação da - FTM –João Pessoa/PB; Membro externo do Projeto de Extensão Movimento Brincante da UFPB.

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) manifesta-se de diferentes formas, dependendo das habilidades e desafios da criança, especialmente no que diz respeito à comunicação e à interação social, além de possíveis comorbidades, como transtorno do desenvolvimento intelectual, distúrbios do sono e seletividade alimentar, entre outras. Por lei, crianças com TEA têm direito ao Plano de Ensino Individualizado (PEI), um documento que orienta sua trajetória escolar e deve ser elaborado em parceria com a família e uma equipe multidisciplinar. Este estudo teve como objetivo explorar a possível contribuição clínica para o desenvolvimento do PEI escolar com base na avaliação ABLLS-R, identificando dados relevantes que possam compor o plano e avaliando a necessidade de adaptação de conteúdos. A pesquisa utilizou o método de estudo de caso, com base em dados quantitativos e qualitativos obtidos por meio do protocolo ABLLS-R, ferramenta criada por James Partington e Mark Sundberg que avalia 544 habilidades. O sujeito do estudo foi uma criança de 8 anos diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (CID-10: 6A02.5) aos 2 anos e 4 meses, apresentando também as seguintes comorbidades: Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), epilepsia e transtorno do desenvolvimento intelectual. Concluiu-se que o desenvolvimento colaborativo do PEI é essencial para a inclusão de crianças com TEA e para a personalização do ensino, por meio de materiais adaptados individualmente que aproveitem o hiperfoco de cada criança.

Palavras-chave: Equipe multidisciplinar; Plano de Ensino Individualizado (PEI); Transtorno do Espectro Autista (TEA).

ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder (ASD) presents itself in various ways depending on the child's abilities and challenges, especially in communication and social interaction, along with possible comorbidities such as intellectual developmental disorder, sleep disturbances, and food selectivity, among others. By law, children with ASD are entitled to an Individualized Education Plan (IEP), a document that guides their educational journey and must be developed in partnership with the family and a multidisciplinary team. This study aimed to explore the potential clinical contribution to the development of the school IEP based on the ABLLS-R assessment, by identifying relevant data that can compose the plan and evaluating the need for content adaptation. The present research employed a case study methodology, using both quantitative and qualitative data obtained through the ABLLS-R protocol, a tool created by James Partington and Mark Sundberg that assesses 544 skills. The subject was an 8-year-old child diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ICD-10: 6A02.5) at the age of 2 years and 4 months, also presenting the following comorbidities: Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD), epilepsy, and intellectual developmental disorder. The study concluded that the collaborative development of the IEP is essential for the inclusion of children with ASD and the personalization of teaching through individually adapted materials, utilizing each child's areas of hyperfocus.

Keywords: Multidisciplinary team; Individualized Education plan (IEP); Autism spectrum disorder (ASD).

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista (TEA) tem sido uma realidade crescente. A educação inclusiva não visa apenas a socialização dos estudantes, mas sim, sua escolarização levando em consideração as diferenciadas formas de aprendizagem. Grande parte das crianças com transtorno do espectro autista apresenta comorbidades e, por vezes, o processo de aprendizagem desses estudantes necessita de adaptações que confrontam os tradicionais métodos de ensino e que exigem diferentes estratégias e adaptações, para que assim, haja o direito e a permanência dessas crianças no ensino comum de forma adequada (Dutra, 2008).

Entretanto, sabe-se que a formação docente não aborda os transtornos do neurodesenvolvimento e por isso, muitos professores se sentem despreparados para atuar com alunos autistas, mesmo assim, o acesso de alunos com TEA no ensino comum cresce a cada ano, principalmente após o decreto da Lei 12.764 (Brasil, 2012) que, formalmente, caracteriza o autismo como deficiência e proíbe a recusa de matrículas para crianças no espectro no ensino comum. Assim, além do direito à escola regular, as crianças com TEA também possuem o direito ao Plano de Ensino Individualizado (PEI), um documento que visa garantir a equidade e permanência dos estudantes.

Dessen e Polonia (2007) retratam a escola como um local de desenvolvimento humano, e de acordo com as autoras, a escola constitui um contexto múltiplo de desenvolvimento e aprendizagem, reunindo diversidade de conhecimentos, atividades, regras e valores e permeado também, por conflitos, problemas e diferenças. Nesse espaço físico, psicológico, social e cultural os indivíduos processam o seu desenvolvimento global, mediante as atividades programadas e realizadas em sala de aula e fora dela (Rego, 2003).

O ambiente escolar está longe de ser um espaço uniforme, há muita heterogeneidade e com isso, muitos são os aspectos envolvidos na problemática do sucesso ou fracasso escolar dos estudantes. Percebe-se que a aprendizagem pode ser entendida como um processo multifatorial uma vez que engloba diferentes fatores como: os participantes (alunos, pais, familiares, professores, orientador educacional, e demais funcionários); as formas de desenvolvimento (físico, social, emocional e cognitiva); as concepções de aprendizagem, de práticas pedagógicas, de avaliação, entre outros.

E sobre a aprendizagem, de acordo com Oliveira (2014), ela se inicia com a vida e se desenvolve com ela. Pela prática há a passagem da ação à representação e ao organizar o contexto vivido há a internalização da ação, levando à representação. Do ponto de vista neurobiológico:

[...]a aprendizagem se traduz pela formação e consolidação das ligações entre as células nervosas. É fruto de modificações químicas e estruturais no sistema nervoso de cada um, que exigem energia e tempo para se manifestar. Professores podem facilitar o processo, mas, em última análise, a aprendizagem é um fenômeno individual e privado e vai obedecer às circunstâncias históricas de cada um de nós (Consenza e Guerra, 2011, p.38).

A aprendizagem ocorre sobretudo no ambiente escolar, com a transmissão dos conhecimentos adquiridos historicamente. Para Antunes (2006), se aceitarmos e valorizarmos os alunos, se os considerarmos capazes de desenvolver competências e habilidades necessárias para lidar com seus estudos, se for reservado tempo para escutá-los, contribuiremos para o desenvolvimento de padrões consistentes e realistas e para que os alunos se sintam encorajados a não se intimidar com o fracasso e aprendam a agir de forma independente e responsável.

No entanto, de acordo com Gaiato (2023) nas crianças autistas há alterações na circuitaria cerebral e assim, podem não processar as informações da maneira correta, compreendendo as informações de forma diferente e com isso, respondendo de modo atípico ao ambiente. Sobre a entrada dos estímulos e processamento no sistema nervoso central, Vygotsky (1999), afirma que a informação captada por meio das funções mentais submete-se a um contínuo processamento e elaboração e redes neurais se conectam de forma cada vez mais complexa e para que isso ocorra, diferentes circuitarias e funções neurológicas são recrutadas, como: características sensoriais, interpretação de significados até, finalmente, a emissão da resposta, sendo necessário o uso das funções psicológicas ou funções mentais superiores tais como: a percepção, a atenção voluntária, a memória, o pensamento lógico e a linguagem.

Quando se observa o funcionamento de um cérebro atípico, a recepção e interpretação dos estímulos sensoriais ocorre de maneira atípica também já que há diferentes alterações no funcionamento do sistema nervoso. De acordo com Gadia *et al.* (2004) o autismo pode ser entendido como um distúrbio complexo do

neurodesenvolvimento que possui diferentes etiologias e graus de severidade, apresentando assim, fenótipos variados, mas que se baseiam numa tríade comportamental que inclui: déficits qualitativos na interação social e na comunicação, padrões de comportamento repetitivos e estereotipados e um repertório restrito de interesses e atividades. O termo espectro aponta para a ampla possibilidade de manifestações necessitando de maior ou menor suporte, mas, de certa forma, toda criança autista pode precisar de adaptações para frequentar o ambiente escolar de forma inclusiva.

Novaes (2018) afirma que segundo a teoria de Vygotsk (2011) a criança atípica aprende e se desenvolve ao ser inserida em um processo educativo. Para ele “o desenvolvimento da criança atípica, não se pauta apenas nos impedimentos orgânicos, mas nas condições sociais. Como qualquer criança, os caminhos para o desenvolvimento são oriundos da cultura (fala, escrita, aritmética, etc.)” (Novaes, 2018, p.42).

Em 2020, uma medida provisória adicionou o artigo 28 à Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 e garantiu a elaboração do Plano de Ensino Individualizado para alunos autistas, que, de modo simplificado, pode ser entendido como uma proposta de organização curricular para auxiliar a prática pedagógica, favorecendo a base para o desenvolvimento educacional de estudantes com deficiência, e que necessita do registro das potencialidades e necessidades para o estabelecimento de metas e o alcance de objetivos traçados (Pereira, 2014). A medida provisória relata no seu artigo 28:

“Art. 28-A Deverá ser adotado, no âmbito do sistema educacional inclusivo, o Plano de Ensino Individualizado –PEI, instrumento de planejamento individualizado, destinado a cada educando com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, elaborado anualmente, em que constarão todos os esforços pedagógicos mobilizados para a aprendizagem do estudante” (Medida Provisória nº 1.025, de 31 de dezembro de 2020).

Munster *et al.* (2014), esclarecem que o principal objetivo do PEI, como documento orientador, se pauta em promover estratégias pedagógicas compatíveis com as necessidades individuais do aluno, incluindo metas diferenciadas se necessário. E não apenas isso, mas também, tomar como base uma boa avaliação dos pontos fortes e das necessidades do aluno que podem afetar sua habilidade para

aprender. Por isso, deve constar o registro das adequações necessárias para ajudar o estudante a alcançar a aprendizagem (Tannús-Valadão, 2013).

Há uma lacuna entre o que se pretende como direito e a viabilidade prática de fazê-lo ser exercido. Mas, após o diagnóstico de autismo a intervenção precoce com terapeutas especializados visa minimizar os atrasos e lacunas que as crianças com TEA possam apresentar. Rogers e Dawson (2014), destacam que a capacidade de rápida aprendizagem das crianças sugere, que a infância pode ser compreendida como um período de grande plasticidade cerebral e mudança. Gaiato (2023) explica a neuroplasticidade como a capacidade do cérebro se moldar e criar novas conexões, e por isso, a intervenção precoce se faz mais eficaz, já que aproveita o potencial plástico do cérebro infantil.

Uma das principais dificuldades do autismo está no desenvolvimento social e comunicação e por isso:

As intervenções mais eficazes na infância são aquelas que começam bem cedo e continuam ao longo dos anos pré-escolares; são intensivas (isto é ocupam mais tempo em um dia ou mais dias em uma semana, mês e ano); são centralizadas, proporcionando experiências educacionais diretamente as crianças, não apenas treinamento parental; adotam uma abordagem abrangente, incluindo saúde, aconselhamento familiar e serviços sociais; e são adaptadas as diferenças e necessidades individuais (Papalia, 2022, p.130).

Para a Sociedade Brasileira de Pediatria (2019) o tratamento mais indicado ocorre com a intervenção precoce e uma equipe composta de diversos profissionais, como psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, musicoterapeutas, entre outros. Dentre as diferentes formas de intervenção, a terapia baseada na Análise do Comportamento Aplicada (ABA) possui maior evidência e indicação para as crianças autistas. Após a avaliação do repertório da criança e da identificação de suas habilidades e barreiras de aprendizagem, o plano de intervenção deve ser desenvolvido (Gaiato, 2018).

A cisão entre o ambiente clínico e escolar tem sido questionada em diferentes âmbitos. O Conselho Nacional da Educação desenvolveu um Parecer Orientador nº 50/2023, em processo de análise, visando orientar o atendimento educacional das crianças com TEA sobretudo em práticas baseadas em evidências e na elaboração do PEI. Embora algumas escolas tenham iniciado o processo de elaboração do documento,

percebe-se que há falta de clareza e instrumentos validados para auxiliar a avaliação da criança.

Para a Sociedade de Pediatria (2019) a colaboração entre diferentes especialidades permite uma abordagem integrada, visando atender às necessidades individuais da criança assim, os profissionais da saúde, família e equipe escolar, devem trabalhar juntos para promover uma prática inclusiva favorecendo o aprendizado e implementando as estratégias para modificações comportamentais desenvolvidas pela equipe multidisciplinar.

Um instrumento validado que avalia Linguagem Básica e Habilidades de Aprendizagem chamado de ABLLS-R pode ser considerado um guia curricular e por isso, possibilitar aos pais e profissionais identificar as habilidades da criança e também as barreiras para a aprendizagem de novas habilidades. Partington (2013) explica que o ABLLS-R possui um protocolo que avalia 544 habilidades e também um guia que explica como aplicar corretamente o protocolo e como escolher e desenvolver as metas e objetivos do PEI.

Para o autor supracitado,

Apesar do ABLLS-R Protocolo fornecer uma extensa lista de habilidades, ele não inclui um método para determinar imediatamente as prioridades educacionais para uma criança individual e não inclui os passos específicos necessários para ensinar tais habilidades. O ABLLS-R Guia fornece estratégia para analisar a pontuação do ABLLS e determinar prioridades educacionais, auxiliando na seleção de objetivos educacionais para uma criança individual. Pais são aconselhados a procurar ajuda de profissionais qualificados para tomar decisões com relação aos serviços educacionais de seu filho.

Assim, este estudo de caso foi realizado baseado na prática clínica das autoras visando observar a possibilidade de intersecção entre o ambiente clínico e educacional, através da análise dos resultados da avaliação de uma criança autista, nível 2 de suporte utilizando-se o instrumento de avaliação de linguagem básica e habilidades de aprendizagem - ABLLS-R e o levantamento dos dados possíveis de serem incorporados no PEI do estudante. Uma vez que, Oliveira *et al.* (2022) afirmam que a avaliação do ABLLS-R para alunos com TEA pode ser utilizada para a elaboração do PEI visto que considera as barreiras de aprendizagem e as habilidades específicas do aluno.

OBJETIVOS

a. Objetivo Geral

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a possibilidade da contribuição clínica no desenvolvimento do PEI escolar. A partir da avaliação com a ABLLS-R, instrumento criado por James Partington e Mark Sundberg, que abrange 544 habilidades, e do relatório gerado sobre o desenvolvimento de um paciente de 8 anos, estudante do 3º ano do ensino fundamental I, de uma escola particular na cidade de São Paulo avaliou-se quais os possíveis dados oriundos da avaliação que poderiam ser utilizados para a elaboração do PEI.

b. Objetivos Específicos

- Descrever os dados da avaliação que poderão compor o PEI;
- Avaliar a necessidade de adaptação de conteúdos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa utilizou-se do método de estudo de caso, a partir de dados quantitativos e qualitativos oriundos da avaliação com o protocolo ABLLS-R de um paciente de 8 anos, diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista CID - 6A02.5 aos 2 anos e 4 meses, e com as seguintes comorbidades: Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH, epilepsia e transtorno do desenvolvimento intelectual. No início do desenvolvimento sua mãe foi aplicadora dos treinos e atualmente faz terapias e possui uma acompanhante terapêutica que atende em sua casa. O paciente mudou de escola algumas vezes e na escola atual, encontra-se no 3º ano do ensino fundamental I.

Segundo Yin (2009) o modelo de estudo de caso, trata-se de um estudo minucioso sobre um ou mais casos, a partir do qual se produz dados relevantes. O desenvolvimento do método de acordo com Gil (1994) pautou-se na categoria exploratória, uma vez que há pouco estudo sobre a possibilidade da incorporação de dados oriundos da avaliação clínica com o protocolo de avaliação ABLLS-R para compor o PEI escolar.

Para a coleta de dados utilizou-se a aplicação do instrumento realizada pela psicóloga e pela psicopedagoga, bem como a avaliação da psicomotricista, observações diretas realizadas pela acompanhante terapêutica em ambiente natural e no ambiente escolar. Observou-se também, a comunicação, interação social e o aprendizado, a partir de materiais adaptados e elaborados por uma das terapeutas do caso. A escolha das múltiplas avaliações levou em consideração as experiências das terapeutas e o desenvolvimento do estudante. A metodologia adotada seguiu as diretrizes propostas por Gil (2010) para estudos de caso, enfatizando uma abordagem holística e integrada ao contexto de vida do estudante.

O protocolo escolhido avalia as seguintes habilidades:

Avaliação de Habilidades Básicas	Avaliação de Habilidades Acadêmicas	Avaliação de Habilidades Autonomia e Independência	Avaliação de Habilidades Motoras
A. Cooperação e Eficácia do Reforçador B. Desempenho Visual C. Linguagem Receptiva D. Imitação E. Imitação Vocal F. Solicitações/Mandos /Pedidos G. Nomeação H. Intraverbal I. Vocalização Espontânea J. Gramática e Sintaxe K. Brincadeira e Lazer L. Interação Social M. Instruções em Grupo	Q. Leitura R. Matemática S. Escrita T. Ortografia	U. Habilidade de se vestir V. Habilidade de se alimentar W. Preparação/ Higienização X. Uso do Banheiro	Y. Habilidades Motoras Grossas Z. Habilidades Motoras Finas

N. Seguir Rotinas de Classe O. Habilidades de pré-leitura P. Generalização de Respostas			
---	--	--	--

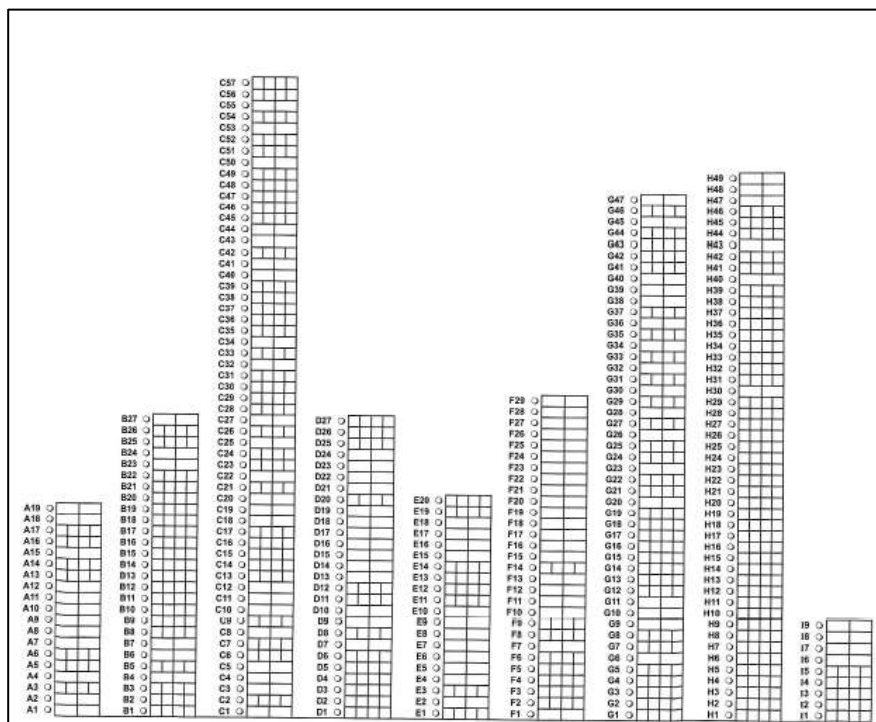
Partington (2013)

A análise dos dados possibilitou levantar as habilidades desenvolvidas e também em defasagem, identificar obstáculos comportamentais e cognitivos e elaborar o PEI de forma multidisciplinar (psicóloga/psicopedagoga/psicomotricista/ mãe e equipe escolar) para o segundo semestre de 2024.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudante, aqui referido como “Pedro”, recebeu o diagnóstico de TEA aos 2 anos e 4 meses e apenas no final de 2023 o diagnóstico de transtorno de desenvolvimento intelectual, sugerindo atraso cognitivo. Foi um bebê prematuro, nasceu com 32 semanas e com 1,4kg e 39cm, permaneceu na UTI por 30 dias e foi acompanhado por fonoaudióloga, terapeuta ocupacional e fisioterapia no início de seu desenvolvimento, por ser prematuro. Apresentou diversos episódios de convulsão febril a partir dos 08 meses de idade, fez uso de Fenobarbital, Depakote e atualmente, Risperidona. Estudou em duas escolas antes da escola atual, que frequenta desde 2021. No primeiro semestre deste ano, as atividades foram adaptadas com base nas habilidades que “Pedro” apresentava, sem constar um PEI escolar, entretanto, com a avaliação realizada pela equipe multidisciplinar pode-se construir o PEI para o segundo semestre de 2024.

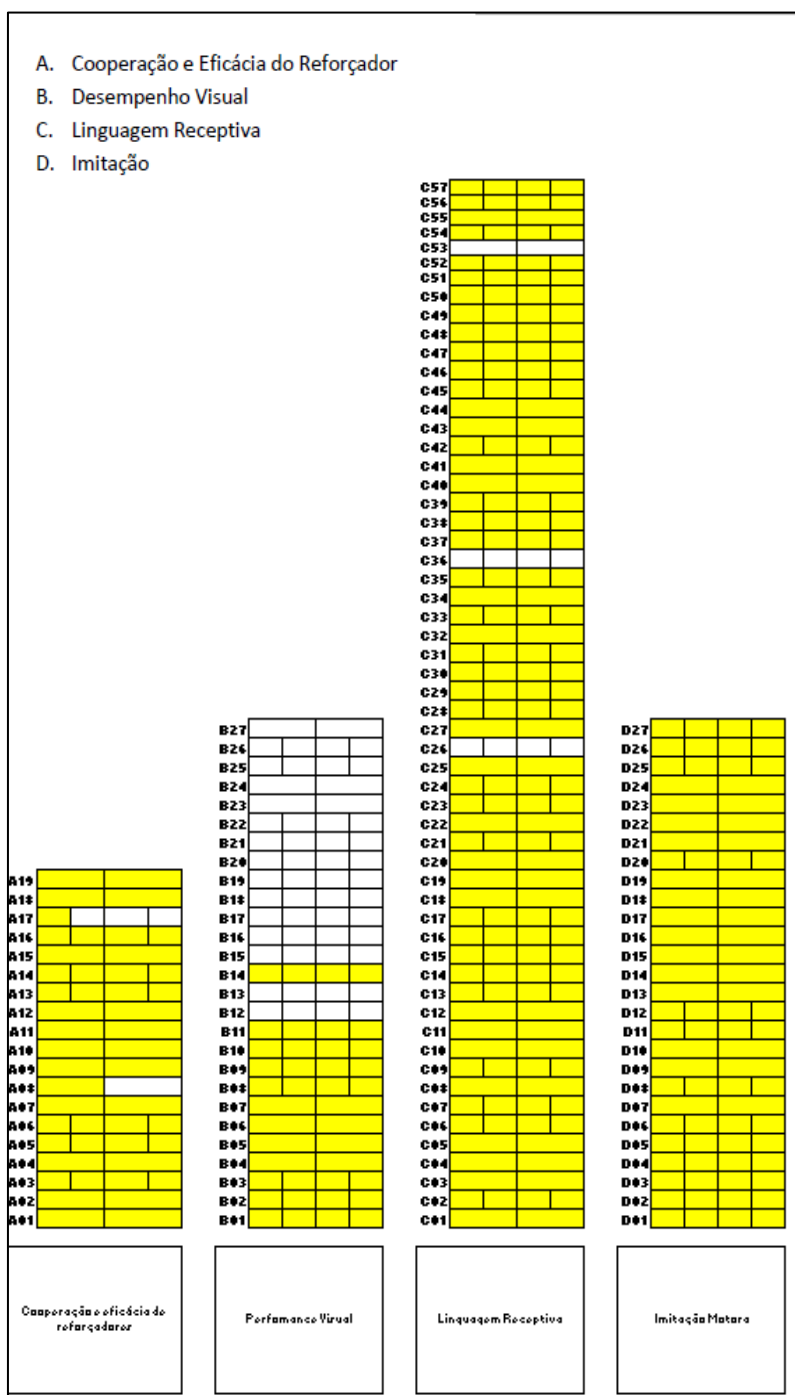
O protocolo ABLLS-R possui uma imensa lista com 544 habilidades, mas não apresenta um método para priorizar as habilidades educacionais, tampouco os passos para ensiná-las. Abaixo, tem-se o modelo do gráfico disponibilizado no protocolo.



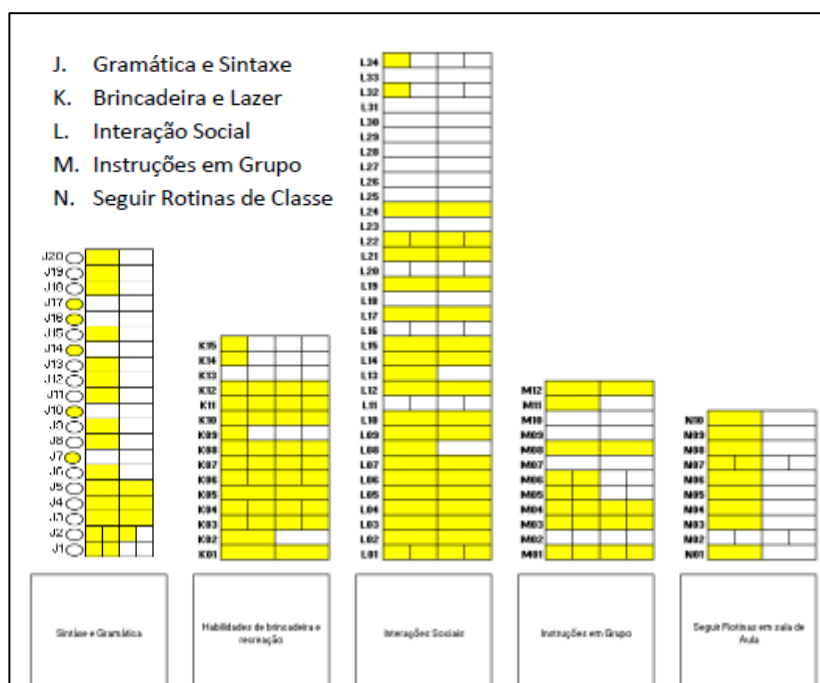
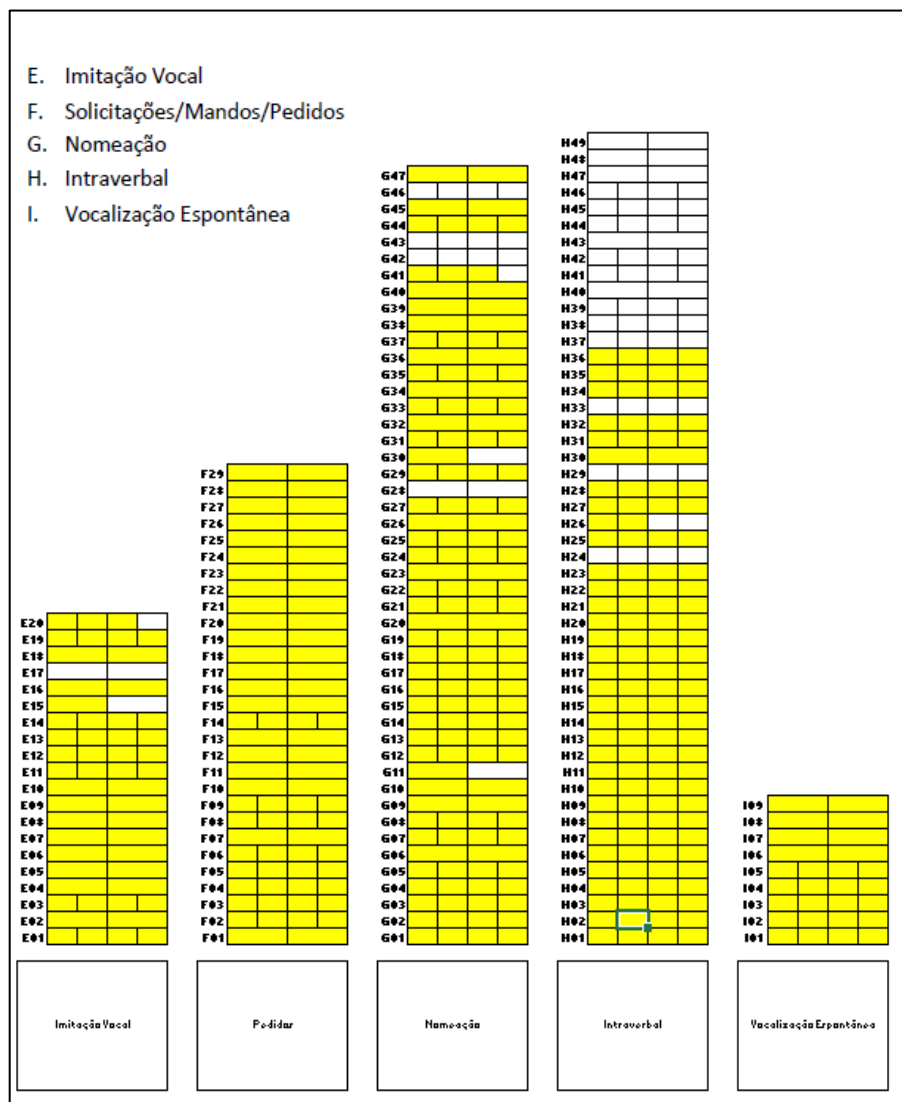
Partington

(2013)

Os gráficos a seguir apresentam as habilidades avaliadas, contendo os dados resultantes da avaliação. As habilidades que “Pedro” possui estão destacadas em amarelo.



Grades de rastreamento de habilidades desenvolvidas pelas autoras.



O. Generalização de Respostas

Q. Leitura

R. Matemática

P6○

P5○

P4○

P3○

P2○

P1○

Q17○

Q16○

Q15○

Q14○

Q13○

Q12○

Q11○

Q10○

Q9○

Q8○

Q7○

Q6○

Q5○

Q4○

Q3○

Q2○

Q1○

R29○

R28○

R27○

R26○

R25○

R24○

R23○

R22○

R21○

R20○

R19○

R18○

R17○

R16○

R15○

R14○

R13○

R12○

R11○

R10○

R9○

R8○

R7○

R6○

R5○

R4○

R3○

R2○

R1○

Generalização

Habilidades de Leitura

Habilidades Matemáticas

S10○

S9○

S8○

S7○

S6○

S5○

S4○

S3○

S2○

S. Escrita

T. Ortografia

T7○

T6○

T5○

T4○

T3○

T2○

		Y. Habilidades Motoras Grossas	Z. Habilidades Motoras Finas
Y30			
Y29			
Y28			
Y27			
Y26			
Y25			
Y24			
Y23			
Y22			
Y21			
Y20			
Y19			
Y18			
Y17			
Y16			
Y15			
Y14			
Y13			
Y12			
Y11			
Y10			
Y09			
Y08			
Y07			
Y06			
Y05			
Y04			
Y03			
Y02			
Y01			
		Z28	
		Z27	
		Z26	
		Z25	
		Z24	
		Z23	
		Z22	
		Z21	
		Z20	
		Z19	
		Z18	
		Z17	
		Z16	
		Z15	
		Z14	
		Z13	
		Z12	
		Z11	
		Z10	
		Z09	
		Z08	
		Z07	
		Z06	
		Z05	
		Z04	
		Z03	
		Z02	
		Z01	
Motricidade Grossa		Motricidade Fina	

Grades de avaliação elaboradas pelas autoras.

As seções do protocolo descritas acima foram avaliadas e, após os resultados da avaliação, somando-se à avaliação psicomotora e aos dados oriundos da observação direta na escola e na casa do estudante, iniciou-se a escrita do PEI, atentando-se para:

- Autonomia e generalização de aprendizagem (atividade de vida diária – limpar-se; escovar os dentes e lanchar com autonomia);
- Relato de eventos e manutenção de assunto;
- Brincar compartilhado;
- Praxia Global e Fina (utilizar plano inclinado e evitar sentar no chão devido à hipermobilidade do tronco e sedestação em W);

e) Habilidades acadêmicas.

O PEI foi dividido em:

- Identificação do aluno
- Informações de saúde
- Equipe escolar
- Autonomia
- Generalização
- Perfil acadêmico (objetivos gerais, adaptações gerais acadêmicas em conteúdos de sala e em avaliações e objetivos por disciplina).
- Espaço para registro de como o estudante realizou as atividades
- Ajustes para o próximo PEI.

Optou-se por adaptar os conteúdos da apostila do 3º ano para as disciplinas de história, geografia e ciências e para as disciplinas de português e matemática, foram elencadas habilidades ainda não consolidadas do 1º ano do ensino fundamental, a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Os objetivos gerais sugeridos para que “Pedro” possa se desenvolver foram: melhorar o comportamento acadêmico; estimular a praxia fina; aumentar o tempo de atenção; ampliação de repertório; ser alfabetizado (leitura com compreensão); aprender soma e subtração; melhorar o relacionamento com os colegas e a compreensão em relação ao conteúdo. Como adaptações gerais acadêmicas, destacam-se: menos demandas por páginas; uso de letra bastão para leitura; utilização de imagens; associar personagens do hiperfoco do estudante; apoio com letra pontilhada para nortear a escrita; emprego do plano inclinado e atividades na parede (vertical); possibilidade de utilizar o tablet para acessar atividades e conteúdos no Wordwall; avaliações adaptadas, utilizando prova oral (respostas curtas e estimulando a narrativa) e, escrita (alternativas,

associar, ligar, colar adesivo na resposta correta, escrever e desenhar).

ACADÊMICO

As disciplinas de Ciências, Geografia e História serão adaptadas baseadas no mesmo conteúdo do terceiro ano.

As disciplinas de Português e Matemática devem ser baseadas no conteúdo do primeiro e segundo ano.

DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR: atividades de praxia fina.

OBJETIVOS GERAIS

- ✓ Melhorar o comportamento acadêmico;
- ✓ Estimular a praxia fina;
- ✓ Aumentar o tempo de atenção;
- ✓ Aumentar o repertório;
- ✓ Ser alfabetizado (leitura com compreensão);
- ✓ Aprender Soma e Subtração;
- ✓ Melhorar o relacionamento com os colegas em relação ao conteúdo.

ADAPTAÇÕES GERAIS ACADÊMICAS	
Adaptações de conteúdo em sala	Adaptações em avaliações
O material didático deve ser todo adaptado: ✓ Menos demandas por páginas; ✓ Uso de letra bastão; ✓ Imagens; ✓ Associar personagens do hiperfoco do estudante; ✓ Emprego do plano inclinado e atividades na parede (vertical); ✓ Usar plano inclinado e atividades na vertical (lousa ou parede de atividades); ✓ Letra pontilhada para nortear a escrita. Utilizar o tablet para acessar atividades e conteúdos no WORDWALL.	Provas adaptadas de acordo com a tabela ao lado e, utilizar prova oral (respostas curtas e narrar) e, escrita (alternativas, associar, ligar, colar adesivo na resposta correta, escrever e desenhar).

Objetivos descritos no PEI escolar – desenvolvido pelas autoras.

Os conteúdos selecionados da BNCC serão utilizados de forma lúdica, concreta e/ou adaptados em atividades no papel. Os objetivos de aprendizagem elencados para a disciplina de português foram: desenvolver a habilidade de leitura com compreensão; compreender a formação das palavras – consciência fonológica (rimas; aliteração; consciência de palavras; consciência de sílabas; consciência fonêmica; manipulação de fonemas; análise (juntar) e síntese (separar)) e desenvolver a escrita no tablete e no papel (com suporte – plano inclinado e letra pontilhada). Já os objetivos de

aprendizagem elencados para a disciplina de matemática foram: compreender o conceito de adição e subtração; reconhecer quantidades e grandezas; ampliar o conhecimento de números (unidade, dezenas e centenas) – utilizar o material dourado; perceber-se no espaço e perceber os objetos – localização.

▪ Objetivo de Aprendizagem: ✓ Desenvolver a habilidade de leitura com compreensão; ✓ Compreender a formação das palavras – Consciência fonológica (Rimas; Aliteração; Consciência de palavras; Consciência de sílabas; Consciência fonêmica; Manipulação de fonemas; Análise (juntar) e Síntese (separar)); ✓ Desenvolver a escrita no tablete e no papel (com suporte – plano inclinado e letra pontilhada). ▪ Repertório atual de habilidades e de conteúdo: ✓ Lê e conhece as letras, mas nem sempre com compreensão. ▪ Repertório que queremos conquistar: ✓ Desenvolver as habilidades esperadas para o primeiro ano.				
ACADÊMICO				
Matéria: Português				
Habilidade (BNCC)	Objeto de Conhecimento (BNCC) e Conteúdos	Estratégia	Data de início	Desempenho
(EF01LP05) Reconhecer o sistema da escrita alfabética como representação dos sons da fala.	Construção do sistema alfabético. (Identificar e escrever o próprio nome através de letras móveis).	Letras móveis.		
(EF01LP02) Escrever espontaneamente ou por ditado, palavras e frases de forma alfabética - usando letras/grafemas que representem fonemas.	Correspondência fonema-grafema. (Identificar a letra inicial das palavras começadas com as vogais).	Letras móveis, músicas, atividades lúdicas com material concreto e material reciclável.		
(EF01LP04) Distinguir as letras do alfabeto de outros sinais	Conhecimento do alfabeto do português do Brasil.			
(EF12LP01) Ler palavras novas com precisão na decodificação, no caso de palavras de uso frequente, ler globalmente, por memorização.	Decodificação/Fluência de leitura.			

Objetivos para a disciplina de português e tabela de acompanhamento – desenvolvido pelas autoras.

- **Objetivo de Aprendizagem:**
 - ✓ Compreender o conceito de adição e subtração;
 - ✓ Reconhecer quantidades e grandezas;
 - ✓ Ampliar o conhecimento de números (unidade, dezenas e centenas) – utilizar o material dourado;
 - ✓ Perceber-se no espaço e perceber os objetos – localização.
- **Repertório atual de habilidades e de conteúdo**
 - ✓ Nomeação de números com reconhecimento – até o 70;
 - ✓ Nomeação de números oralmente (de memória) - até o 30.
- **Repertório que queremos conquistar:**
 - ✓ Desenvolver as habilidades esperadas para o primeiro ano.

Matéria: Matemática				
Habilidade (BNCC)	Objeto de Conhecimento (BNCC) e Conteúdos	Estratégia	Data de início	Desempenho
(EF01MA01) Utilizar números naturais como indicador de quantidade ou de ordem em diferentes situações cotidianas e reconhecer situações em que os números não indicam contagem nem ordem, mas sim código de identificação.	Contagem de rotina Contagem ascendente e descendente Reconhecimento de números no contexto diário: indicação de quantidades, indicação de ordem ou indicação de código para a organização de informações. (Colocar os números de 1 a 5 em ordem).	Material plastificado, material concreto e jogos no Wordwall.		

Objetivos para a disciplina de matemática e tabela de acompanhamento – desenvolvido pelas autoras.

A integração da prática clínica para elaboração do PEI possibilitou adaptar as metas e necessidades educacionais do estudante, de forma a prover a equidade ao “Pedro”. Pode-se entender o PEI como uma proposta de organização curricular que deve ser elaborado para cada estudante que demandar adaptações em diferentes áreas do conhecimento, habilidades ou convívio escolar e pelo presente estudo, observou-se que as terapeutas puderam contribuir na elaboração do documento.

O documento foi elaborado pela psicopedagoga, pela psicóloga e pela mãe e entregue à escola em uma reunião de alinhamento. Rota e Gadia (2016) afirmam que o entendimento e participação da família juntamente com médicos, terapeutas e educadores possibilitará ao longo da vida melhor compreensão e manejo adequado, uma vez que o transtorno poderá apresentar diferentes necessidades em cada fase do desenvolvimento.

Sabe-se que psicopedagogia se ocupa da aprendizagem e dos processos que envolvem a aprendizagem (Bossa, 2000). Assim, a atuação do psicopedagogo, terapeuta da aprendizagem, faz-se de suma importância tanto no ambiente clínico, como também no educacional, uma vez que este profissional desenvolve novas formas de aprender de modo a contribuir com o desenvolvimento integral da criança e também com o processo de inclusão escolar (Barcelos e Martins, 2023).

A prática clínica no desenvolvimento de crianças autistas tem como base os avanços das neurociências, que fornecem uma compreensão mais profunda sobre os mecanismos cerebrais envolvidos no Transtorno do Espectro Autista (TEA). Gaiato e Teixeira (2018, p.75) afirmam que “os tratamentos para autismo, com eficácia comprovada cientificamente, são baseados na Análise do Comportamento ou ABA (Applied Behavior Analysis)”. Segundo os autores, as terapias embasadas na ciência ABA se pautam em princípios comportamentais, com técnicas e estratégias específicas para promover comportamentos desejados e reduzir comportamentos interferentes ou disruptivos e as intervenções ocorrem de acordo com a necessidade individual de cada criança.

A ABA foca no desenvolvimento de habilidades sociais, comunicativas, acadêmicas e de vida diária, promovendo a autonomia e a qualidade de vida dos indivíduos com TEA e o psicólogo do caso, em geral, se responsabiliza por montar os programas de estimulação e coordenar a equipe multidisciplinar. Em alguns casos, ocorre também a presença de um supervisor em ABA, que possui a formação em psicologia e especialização para atuar como supervisor (Gaiato e Teixeira, 2018).

No estudo de caso descrito, a colaboração entre a família, a psicóloga comportamental e a psicopedagoga deu-se de forma remota, com reuniões para a análise dos dados e escrita do PEI a partir dos objetivos elencados. A escola embora não tenha participado da escrita do documento, permitiu a visita para a observação de “Pedro” e sugeriu alguns ajustes para que o PEI fosse adequado ao contexto da sala.

CONCLUSÃO

No que se refere à escola, para Guimarães (2023) os professores precisam compreender que o PEI não se trata apenas de um documento e sim um guia para compreender o aluno e servir de guia, de registro e planejamento da aprendizagem, levando em consideração o sujeito integral. Não se trata apenas de “estar” na escola ou de socializar, a criança com TEA precisa aprender, mesmo que hajam flexibilizações, adaptações ou acomodações curriculares.

Embora o PEI seja um documento escolar, na legislação atual destaca-se a presença da equipe que atende a criança, bem como a participação da família, visando elaborar um documento que descreva o histórico do estudante e suas necessidades. A Medida Provisória nº 1.025, afirma que a elaboração do PEI deve contar com a participação da equipe que atende a criança com TEA e compete à escola juntamente com a equipe multidisciplinar redigir esse documento descritivo que apresentará uma avaliação inicial como ponto de partida e as metas e formas de avaliação para mensurar a cada objetivo desenvolvido (Brasil, 2020). No estudo apresentado, percebe-se que a utilização de um protocolo cientificamente validado permitiu que a elaboração do PEI fosse individualizada e atual para o momento de desenvolvimento de “Pedro”.

Para Santos *et al.* (2022) o plano de ensino individualizado (PEI) oferece suporte e norteia a prática docente para que o espaço escolar possa ser frequentado por todos. E para permitir a efetividade do documento adotado nas escolas, “o apoio conferido aos professores seguramente é um dos elementos mais importantes uma vez que, ao ser utilizado com critério com a participação de uma equipe multidisciplinar, pode servir como uma espécie de farol a guiar os professores em caminhos revoltos e sombreados” (Santos *et al.*, 2022 p.11).

Assim, para o desenvolvimento do PEI no caso específico de crianças com TEA, faz-se preciso avaliar o repertório e traçar objetivos e metas que contemplem habilidades e comportamentos. Percebe-se que o presente estudo pode servir como modelo para que outros estudantes possam ter acesso à elaboração do documento e receber a garantia dos seus direitos. Entretanto, faz-se preciso avaliar a implementação do PEI e o desenvolvimento das habilidades de “Pedro” para elencar novos objetivos para o próximo bimestre e assim, sucessivamente, enquanto houver necessidade.

O presente estudo analisou um caso específico e muito comum atualmente nas escolas regulares e por isso, recomenda-se que hajam mais estudos para corroborar os dados descritos e fortalecer a participação da equipe multidisciplinar na elaboração do plano de ensino individualizado de crianças autistas.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, C. **Relações interpessoais e autoestima: sala de aula como um espaço de crescimento integral**. 16. Petrópolis, RJ. Vozes, 2006.

BARCELOS, K. Da S.; MARTINS, M. De F. A. **Contribuições da psicopedagogia no processo de ensino-aprendizagem de crianças com transtorno do espectro do autismo**. Revista Valore, 8, e-8054. <https://doi.org/10.22408/reva8020231073e-8054>. 2023. – Acesso em 12 de setembro de 2024.

BRASIL, **Constituição da República Federativa**. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 mar. 2024.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília: Diário Oficial da União.

BOSSA, N. A. (2000). A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

COSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DESSEN, M. A. & POLONIA, A. C. (2007). **Família e Escola como contextos de desenvolvimento humano**. Paidéia, 2007, 17(36), 21-32

DUTRA, C. P. **Inclusão escolar de alunos neurodivergentes**. Colóquio. Revista Inclusão, v.4, n.1, p.18-32, 2008.

GADIA, C., et al. **Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento**. Jornal de Pediatria. 2004. Nº2(supl), Vol. 80, p. 83-94. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/239983250_Autismo_e_doencas_invasivas_d_e_desenvolvimento - Acesso em 02 agosto, 2024.

GAIATO, M. **S.O.S. Autismo: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista**. São Paulo: nVersos, 2018.

GAIATO, M.; TEIXEIRA, G. **O rezinho autista: guia para lidar com comportamentos difíceis**. nVersos: São Paulo, 2018.

GAIATO, M. **Cérebro singular: como estimular crianças no espectro autista ou com atrasos no desenvolvimento**. — São Paulo, SP: nVersos Editora, 2022.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 207.

_____ **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, V. P. A. **Adequação Curricular para Pessoas com Autismo na Educação Profissional: um estudo de caso no Instituto Federal de Brasília.** Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Brasília, Brasília, 2023.

MARÇAL, F. (org.); MENEZES, A (org). AUR, A., SCHMIDT, C., NUNES, D., SOUZA, D., VIEIRA, E., CARVALHO, E., CORDÃO, F., LACERDA, L. ELIAS, N. NORTEAR: **Orientações para o Atendimento Educacional ao Estudante com Transtorno do Espectro Autista – TEA** – 1 ed.– Brasília: Conselho Nacional de Educação. Relatório Técnico, 2023.

SANTOS, J. R. *et al.* **Planejamento Educacional Individualizado I : elaboração e avaliação** Documento eletrônico -- São Carlos : EDESP-UFSCar, 2022.32 p.

MUNSTER, M. de A.; LIEBERMAN, L.; SAMALOT-RIVERA, A.; HOUSTONWILSON, C.. **Plano de ensino individualizado aplicado à educação física: validação de inventário na versão em português.** Revista da Sobama, v. 15, n. 1, p. 43-54, 2014. DOI: <https://doi.org/10.36311/2674-8681.2014.v15n1.4186> - Acesso em 02 agosto, 2024.

OLIVEIRA J., D.; OLIVEIRA, W. C. G.; FONSECA, H. V. **O que é a Pedagogia Sistêmica e como ela pode ajudá-lo?** Belo Horizonte, IBHBC, 2014.

OLIVEIRA, M. V. M.; FILHA, F. S. S. C.; NUNES, E. K. P.; MOURA, M. E. B. **Avaliação de habilidades básicas de estudantes no espectro Autista: reforçadores, desempenho visual, linguagem e imitação.** Nova revista amazônica - volume x - nº 02 - novembro 2022.

PAPALIA, D. E.; MARTORELL, G. **Desenvolvimento Humano.** 14. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

PARTINGTON, J. W. **Guía de ABLLS-R: Avaliación de Habilidades de Lenguajie Y Aprendizaje Básicos (ABLLS-R).** Version 2.0. Behavior Analysts: Walnut Creek, Califórnia, 2013.

PEREIRA, D. M. **Análise dos efeitos de um plano educacional individualizado no desenvolvimento acadêmico e funcional de um aluno com transtorno do espectro do autismo.** 181f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

REGO, T. C. (2003). **Memórias de escola: Cultura escolar e constituição de singularidades.** Petrópolis, RJ: Vozes.

ROGERS, S. J.; DAWSON, G. **Intervenção Precoce em Crianças com Autismo.** Porto Alegre: Artmed, 2014.

ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. S. **Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. 2.ed. Artmed: Porto Alegre; 2016.

SBP. SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. Manual de orientação**. Brasil: SBP, 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/21775cMO_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf -Acesso em: 05 set. 2024.

Tannús-Valadão, G. **Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado: avaliação de um programa de formação continuada para educadores**— Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

YIN, R. **Case Study Research: design and methods**. 4 ed. Thousand Oaks, CA: Sage , 2009.